

Suspensão deve trazer reajuste maior na luz

O pedido de suspensão do reajuste da tarifa de energia, feito pela Energisa à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), levantou a desconfiança de analistas econômicos, que foram surpreendidos pela iniciativa da concessionária. O aumento de 8,9% na tarifa deveria começar a ser praticado a partir da sexta-feira (8), mas foi suspenso até o final de abril. O temor é reforçado pelo fato de que a Aneel indicou que irá recalculer o valor do reajuste, para incorporar medidas de compensação ao encarecimento da energia devido à contratação de usinas térmicas

PÁG. 7



Gilberto Leite



Assessoria

Cuiabá acolhe órfãos do feminicídio

Mato Grosso registrou 43 crimes de feminicídio em 2021, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgados neste ano. Algumas das vítimas desses crimes eram mães, que acabaram deixando seus filhos desamparados. Pensando em amparar essas vítimas muitas vezes esquecidas do feminicídio, a Prefeitura de Cuiabá criou o programa Solidariedade em Ação. O projeto é inédito no Brasil e pretende beneficiar os filhos de vítimas de feminicídio com transferência de renda de até meio salário mínimo (R\$ 606). A ação é uma parceria entre o Núcleo de Apoio à primeira-dama Márcia Pinheiro, a Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência e a Secretaria Municipal da Mulher.

PÁG. 6

O linguajar cuiabano é nosso patrimônio imaterial. Cantá-lo e enaltecê-lo é cuidar daquilo que somos.

ANS - nº 34208-4

CUIABÁ 303 ANOS.

CUIDAR DA NOSSA GENTE E DA NOSSA CULTURA. ESSE É O PLANO.

Estela Ceregatti
Cantora, compositora e especialista pelo Antropomúsica.

Cristina Campos
Pesquisadora da cultura cuiabana e autora do livro O Falar Cuiabano.

Edna Vilarinho
Compositora referência em cultura mato-grossense.

ACESSE DICIONÁRIO CUIABANO



EDITORIAL

Salve terra de amor

“Salve, terra de amor, terra do ouro, que sonhara Moreira Cabral!”. O trecho do poema escrito por Dom Francisco de Aquino Corrêa, que posteriormente seria elevado a Hino Oficial de Mato Grosso, retrata as esperanças de construção de um futuro melhor em Mato Grosso, especialmente em sua capital, Cuiabá. Hoje, a Cidade Verde completa seu 303º aniversário, em meio às celebrações de todos os cuiabanos de ‘tchapa’ – a cruz pode esperar... – ou pau rodado, aqueles que tanto amam essa cidade.

Dizem que quem faz a cidade são as pessoas que vivem

nela. E aqui temos uma cidade diferente de todas as demais. Uma capital bela, acolhedora e hospitaleira, dotada de um calor humano – e sobre-humano – sem igual. Quiseramos ter alguns minutos de prosa com Pascoal Moreira Cabral para saber o que este bandeirante pensava que o arraial fosse se tornar. Ou trazê-lo para os dias atuais, para que visse a beleza que aquele vilarejo às margens do rio Cuiabá se tornou.

Em seus 300 anos de história, Cuiabá viveu um pouco de tudo. Conheceu a febre do ouro, que aliás foi o principal

motivo de sua criação, enfrentou crises econômicas e isolamento, e voltou a expandir-se quando o Centro-Oeste se tornou a nova fronteira agrícola do país, mercado principalmente pelo domínio da soja no cerrado. Hoje, é a capital de um dos estados mais ricos do país.

Essa riqueza é fácil de se perceber quando olhamos a explosão demográfica da capital nos últimos anos. Em 1960, apenas 50 mil viviam às margens do Cuiabá. Hoje, somos mais de 600 mil. Ou seja, a cidade cresceu mais de 10 vezes em apenas 60 anos. Com tamanho crescimento, a cidade rompeu o isolamento do restante do país. Tornou-se um dos centros logísticos de Mato

Grosso e desenvolveu-se tecnologicamente.

Aos 303 anos da capital, nosso desafio continua sendo preservar a memória de nossos antepassados, aquilo que torna Cuiabá única. Uma cidade vanguardista, apesar dos casarões coloniais, com um patrimônio artístico e cultural inigualável. Suas cores, seus sons, sua música... Uma cidade tão apaixonante que encontra pouca dificuldade em passar adiante o legado cultural, um desafio que tantas outras comunidades tentam superar na era da informação global.

Se depender de seus filhos, Cuiabá continuará sendo essa cidade apaixonante, acolhedora e encantadora que sempre foi. É perceptível o amor que os

A guerra e o agronegócio

Maristela Basso (*)

A guerra na Ucrânia que ultrapassa um mês, já afeta o mundo todo. Não há setor da cadeia global de alimentos que não tenha se ressentido e visto os preços subirem. Fertilizantes e outros produtos agrícolas têm sofrido consequências diretas desde a produção até o embarque. Rússia e Ucrânia, juntas, garantem 1/3 do trigo exportado no mundo. O Brasil é o sétimo importador mundial de trigo e, anualmente, compra quase 6 milhões de toneladas.

Em 2021, o agro no Brasil importou 85% dos 43 milhões de toneladas de fertilizantes consumidos, mesmo considerando que o setor representa mais de 25% do PIB nacional.

Em Mato Grosso, que é o maior produtor de soja e milho no país, a guerra já alerta produtores rurais quanto ao fornecimento de fertilizantes. De acordo com dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA) só em 2021, o Estado importou 1,61 milhão de toneladas de fertilizantes da Rússia, somando 20,02% do total importado de 7,42 milhões de toneladas até novembro do ano passado.

Soja, milho, cana-de-açúcar e algodão consomem mais de 75% do adubo importado.

Sabe-se que 50% do potássio importado pelo Brasil são provenientes da Rússia e de Belarus.

Trata-se de uma dependência que precisa ser superada, na medida em que o Brasil é uma das maiores potências agroambientais e biodiversas do mundo, além de grande exportador de alimentos, nutrido mais de 800 milhões de pessoas.

Grande produtor de soja, milho, etanol, biodiesel, suco de laranja e proteína animal, dentre outros produtos, o Brasil ainda importa trigo em abundância, ingrediente fundamental na produção de pães, massas, biscoitos, bolos, cereais, dentre outros. O trigo é a maior fonte de calorias em quase 100 países. Diferentemente do milho e da soja, mais de 70% do trigo é destinado à alimentação humana, ficando atrás apenas do arroz.

O trigo tropical, produzido no Brasil, graças aos esforços do setor, chega a ter 15% de proteína e representa, sem dúvida, alternativa viável aos graves problemas decorrentes da desnutrição no mundo.

Graças à dedicação, empenho e tecnologia desenvolvida pela indústria moageira

nacional, dos desenvolvedores e obtentores de cultivares, assim como das cooperativas e da Embrapa, diferentes tipos de farinha vêm sendo produzidos no Brasil, cuja qualidade é reconhecida em boa parte do mundo.

A necessidade de superar as deficiências das políticas públicas tem servido de estímulo, não obstante, os inúmeros entraves ao desenvolvimento de pesquisas, cada vez mais aprofundadas e atualizadas com os mais modernos desenvolvimentos da triticultura, ademais do manejo sempre aprimorado, da genética competitiva, da constante busca de redução de custos e da superação dos crônicos gargalos logísticos. Todos esses fatores fazem o país despontar pela qualidade tecnológica industrial.

Contudo, essa realidade está ameaçada pela guerra entre Rússia e Ucrânia e a alternativa parece ser apenas uma: reduzir e paulatinamente acabar com a dependência perigosa das importações, especialmente da Rússia, Ucrânia e Belarus.

O que está em jogo é o bem maior, ou seja, a segurança alimentar, a indústria da vida.

O Brasil é capaz de aumentar e expandir sua produção.

São evidentes e ilustrativos os exemplos da competência dos brasileiros.

Na última década, Minas Gerais e Goiás aumentaram em mais de três vezes a área cultivada, ultrapassando mais de 100 mil hectares. Se em 1990 o Brasil colhia 1,5 toneladas de grãos por hectare, em 2020, aumentou para mais de 4 toneladas. Um produtor brasileiro já alimenta 800 pessoas. São dados impressionantes.

A situação atual imposta pela guerra e pela “realpolitik” geopolítica internacional alerta para que o Brasil procure alternativas frente às exigências globais. É imperiosa a busca de independência soberana, especialmente nos setores da agricultura e de fertilizantes, porque terras devastadas, êxodo de pessoas, destruição, fome e doenças têm consequências imediatas sobre o comércio, e o potencial do Brasil para abrir caminhos e apontar soluções é inestimável.

* **MARISTELA BASSO** é professora Livre Docente de Direito Internacional da USP e Sócia do escritório Nelson Wilians Advogados.



A hora é agora!

Rodrigo Rodrigues (*)

No início da década de 70, o padre Peruano Gustavo Gutierrez deu início a um movimento eclesialístico/social que em razão do título de seu publicado foi denominado Teologia da Libertação.

O fundamento, o dogma deste movimento pregavam que os “mansos” herdariam o mundo. Ele se espalhou por toda América Latina, incomodou muito o Vaticano e governos reacionários. Foi o único movimento religioso que de fato defendia os fracos, oprimidos, pobres e excluídos, enfim, a injustiça imposta pela hedionda concentração de renda e o sistema de castas sociais.

Passado meio século os mansos não herdaram nada, ao contrário, lhes foram tirados o pouco que tinham. Assim, em se tratando do nosso país, estamos muito longe de chegar em um patamar mínimo de dignidade para maioria de nossos compatriotas.

Nossa cultura, costume, que se perpetua em razão de uma série de fatores, como educação, oportunidades, etc, é com certe-

za o maior obstáculo para evoluirmos neste aspecto.

Sempre defendi, nos meus debates por aí, que aquilo que nos diz respeito, que interfere na nossa vida, no cotidiano, em maior parte é uma função, obrigação, dos municípios e estado.

Mobilidade urbana, saneamento, segurança pública, ensino básico, médio e até superior, na saúde a atenção básica, média e alta complexidade, emergência...

Por aí vai. Portanto é “óbvio e ululante” que temos que nos preocupar mais com quem será nosso prefeito, governador, do com quem será nosso presidente.

Já ouvimos e lemos isso milhões de vezes, “vivemos nos municípios e não na União”. Mas o que de fato fazemos para mudar isso?

Nada, simplesmente continuamos a depositar todas as nossas esperanças que virá um presidente que em um passe de mágica irá resolver todos os nossos problemas.

Não irá, nem agora e nem nunca. Pois se não houver uma inversão neste pacto federativo, primeiramente, deixando

a maior fatia dos impostos nos municípios e estados, será sempre mais do mesmo!

Há uma indústria do pires na mão que todo prefeito e governador conhece bem. Uma romaria à “meca” dos recursos financeiros, em Brasília.

Está indústria sustenta uma rede hoteleira, bares, restaurante e até puteiros. Tem sido o combustível de vários parlamentares, que através das vergonhosas e imorais emendas parlamentares cria uma espécie de assistencialismo, sujeitando nossos gestores municipais a constantes humilhações e troca de favores. E coisa bem pior, é claro, extorsões escandalosas, nos patamares dos piores e mais vorazes agiotas.

Se perguntamos para essa grande leva candidatos a estaduais, federais e senadores, porque querem ser eleitos ou reeleitos certamente virão com o mesmo clichê de sempre.

Na última eleição teve alguns que se candidataram a prefeito, e não se elegendando, agora tentam uma cadeira no parlamento. Há pouco mais de um ano diziam que queriam

ser eleitos para cuidar da saúde, da educação, meio ambiente, etc, etc..., que escutamos desde o dia que nascemos. Um tempinho depois já muda o discurso para o que supostamente fará no parlamento.

Fato é que o eleitor que escolhe quem vai representá-lo, e precisa saber exatamente por que esse ou aquele candidato quer ser eleito, ou o que ele pretende fazer nos próximos quatro anos que não fez nos quatro, oito, doze anos atrás. Simples.

Devemos deixar de lado este debate em preto e branco, direita ou esquerda, e focar naquilo que pode fazer de fato diferença em nossas vidas. Inverter o pacto federativo, retirar privilégios de castas hereditárias, taxar grandes fortunas, são um belo começo, e tudo começa no parlamento.

A hora é agora!

RODRIGO RODRIGUES é empresário e gestor público.



Maya Angelou

Rosana Leite (*)

Marguerite Ann Johnson, nasceu em 4 de abril de 1928 e partiu em 28 de maio de 2014. O pseudônimo famoso foi um ‘presente’ que recebeu do irmão mais velho, que segundo ele my (meu), e minha irmã ‘Mya sister’, a representaria muito bem.

Maya, filha de um porteiro e nutricionista da marinha e uma enfermeira, acabou passando a infância com a avó paterna, após a separação do pai e da mãe aos 3 anos. Sofreu um estupro pelo namorado da sua

genitora aos 8 anos, tendo ficado muda por tal fato por muitos anos. O motivo da mudez de Maya se deu por ter contado o fato ao irmão, que acabou expondo aos demais familiares.

O seu algoz foi julgado e declarado culpado, ficando um dia na prisão. Todavia, quatro dias após o homem ser solto, foi assassinado pelos tios de Angelou. Assim, ela passou a acreditar que a sua voz pudesse ter matado o homem, entendendo ser melhor ficar em silêncio, para não ‘matar’ outras pessoas.

Declarou: “Minha voz o havia matado; eu matei aquele homem porque disse o seu nome. E depois pensei que nunca mais voltaria a falar, porque a minha voz poderia matar qualquer um...”

Ela somente conseguiu superar o trauma vivido com a ajuda de uma vizinha muito carinhosa e pelo amor à literatura. Durante o período da ‘mudez’, Maya muito se dedicou à leitura, o que acabou lhe trazendo grande conhecimento, pois teve que desenvolver a memória e a habilidade para observar e escutar esse mundo que a fez sofrer, mas que ela a ele pertencia. Aos 15 anos se tornou a primeira motorista negra em São Francisco.

Aos 17 anos foi mãe solo, algo que não era comum naquela época. Se casou e separou todas as vezes em que percebia que aquele não seria um ‘par’ ideal. Em tendo sido mãe muito nova, exerceu muitas profissões, dentre elas a prostituição. Posteriormente também foi a primeira mulher negra e roteirista de Hollywood.

Quantas faces ela pode exercer? Poeta, atriz, cantora, dançarina, e ativista pelos direitos civis, viajou para a África na década de 60, laborando como jornalista e professora, contribuindo para os movimentos de independência daquele país. Afirmou: “Eu aprendi que as pessoas vão esquecer o que você disse, as pessoas vão esquecer o que você fez, mas as pessoas nunca esquecerão como você as fez sentir.”

Com livros publicados, foi uma escritora diferente, tendo produzido cerca de sete autobiografias. Fez muito pelos direitos humanos, mais precisamente no enfrentamento ao racismo e ao machismo estrutu-

ral, sendo suas obras consideradas defesa da cultura negra. Recebeu influência de artistas feministas em sua existência. Deixou muitas frases de efeito e motivacionais, pela sua própria história. Eternizou: “Se você não gosta de algo, mude-o. Se você não pode mudá-la, mude sua atitude. Não reclame”.

Grande exemplo de resistência, depois de sua morte, no ano de 2015, mesmo tendo recebido inúmeras homenagens com a partida, teve um selo postal do seu país, EUA, emitido em comemoração a ela, com a referência de Joan Walsh Anglund: “Um pássaro não canta porque tem resposta, ele canta porque tem uma música.”

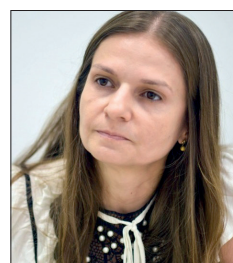
Percebeu que apenas com muita luta seria possível ser ouvida e proporcionar visibilidade e liberdade para as mulheres negras. “Era horrível ser negra e não ter controle sobre a minha vida.”

Para a resumir é só pensar por quantas vezes foi obrigada a se calar, ou, ainda, falar baixinho, e se levantou. Quando alguém não consegue imaginar tantas ocupações e profissões que por ela foram exercidas, é porque conseguiu ‘esgotar’ e ‘completar’ a vida.

É dela: “Nós nos deliciamos com a beleza da borboleta, mas raramente admitimos as mudanças que ela passou para alcançar essa beleza.”

Sem qualquer dúvida... Sejamos Maya!

ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual.



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

REUNIÃO EM BRASÍLIA

Construindo uma candidatura oposta à de Wellington Fagundes, deputado pede ao presidente que não influencie na senatória em MT

Neri pede neutralidade a Bolsonaro

Gilberto Leite



Geller se reuniu com Bolsonaro e lideranças do PP para pedir neutralidade do presidente na eleição ao Senado

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

O deputado federal e pré-candidato ao Senado, Neri Geller, se reuniu com as principais lideranças nacionais do Partido Progressista (PP) e com o presidente Jair Bolsonaro (PL) na noite de quarta-feira (6), em Brasília. Os progressistas defendem que o presidente fique neutro em relação à senatória em Mato Grosso.

No estado, o partido de Bolsonaro tem o senador Wellington Fagundes, que pretende disputar a reeleição e deve contar com o apoio do presidente devido à fidelidade partidária.

Entretanto, Neri aponta que o PP é a legenda mais forte na base de sustentação do presidente dentro do Congresso Nacional e, inclusive, é a sigla do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, responsável pelas articulações políticas do Palácio do Planalto. Com essa 'fatura' em

mãos, Neri espera que o presidente ao menos mantenha a neutralidade quando ao pleito estadual.

"Conversei com o presidente juntamente com o ministro Ciro Nogueira, no sentido de trabalhar a neutralidade. É bom para o presidente também que seja assim", observou.

Ciro Nogueira garantiu a Neri que está convencido que o me-

lhor para o presidente é manter-se isento nos estados onde há mais de um candidato da base aliada na disputa pela vaga ao Senado.

"Defendemos seu nome, deputado Neri, para o Senado em Mato Grosso. O presidente sabe do seu trabalho de apoio à base do Governo. Nosso compromisso é manter a neutralidade e estamos trabalhando para que o presidente

fique isento nos estados em que temos dois postulantes ao Senado", assegurou o ministro da Casa Civil.

Segundo Neri Geller, Bolsonaro sabe que ele esteve sempre ao seu lado, mesmo nas pautas mais impopulares, como foi o caso da nova lei de Licenciamento Ambiental, que rendeu duras críticas ao deputado na imprensa nacional.

"Eu apoio e apoiei o governo Bolsonaro. Em vários projetos, mesmo os mais impopulares, que fui designado pelo governo a defender na Câmara dos Deputados, não me furtei e tive muito êxito, como foi o caso do Licenciamento Ambiental", pontuou.

Em nível estadual, Neri e Fagundes buscam o apoio do governador Mauro Mendes (União)

e Bolsonaro é como um coringa nessa questão, devido à sua influência perante o eleitorado mato-grossense. O grupo do deputado - PP, PSD, PSB e MDB - defende que Mauro esteja no palanque de Neri devido ao apoio prestado na eleição de 2018 e durante toda a gestão. Por outro lado, Wellington Fagundes tem se aproximado do governador nos últimos meses.

SERVIDORES COM DEPENDENTES

Mauro indica que irá vetar redução de jornada

Gilberto Leite

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) demonstrou que deve vetar o projeto de lei complementar nº 11/2022, que reduz a carga horária de servidores responsáveis por dependentes com deficiência. A matéria aprovada pelos deputados é de autoria do Poder Executivo, mas sofreu alterações.

Na proposta inicial, o governo pretendia reduzir em até 25% a carga horária dos servidores que tenham filho, cônjuge ou que seja filho único de genitor (a) dependente com deficiência. Além disso, a proposta estabelecia duas formas de diminuição da jornada, a provisória, com prazo máximo de seis meses, e a definitiva, com período de um ano nos casos de indi-

cação médica com prazo definido ou deficiência reversível, e de dois anos nos casos em que a deficiência for irreversível. A texto original também previa o desconto da redução de jornada no período de licença-prêmio.

No entanto, a Assembleia Legislativa aprovou um substitutivo integral apresentado por lideranças partidárias que reduz a carga horária para 20 horas semanais, estabelecendo a redução provisória com período de um ano e a definitiva com prazo de validade indeterminado. Também foi retirada a redução da licença-prêmio.

Mauro disse que a proposta cria um modelo diferente do que é adotado na iniciativa privada e ressaltou que o setor público não pode criar uma "ilha de desigualdade".

"Nós podemos até criar algo para o servidor, eu propus isso, o problema é que eu propus algo bom e eles querem algo ótimo. O bom não serve. Quando aí fora ninguém tem nada. Quem paga essa conta é todos nós mato-grossenses. [...] O servidor público é muito importante para prestar o serviço, mas não podemos ter direitos aqui tão diferentes ou tão maiores do que tem lá fora", disse o governador, em entrevista na quarta-feira (07).

"Eu procuro trabalhar todos os dias com esse senso de justiça, daquilo que é correto e não criar desequilíbrios aqui dentro do governo, tornando o serviço público uma ilha de privilégios, porque isso não é bom para ninguém e o cidadão lá

fora, todos nós como cidadãos, pagamos essa conta", complementou.

Os deputados pretendem conversar com o governador para que a proposta que foi aprovada na Assembleia seja sancionada. A deputada Janaina Riva (MDB) defendeu a aprovação do modelo apresentado pelas lideranças.

"O Estado tem que ser inclusivo, abraçar as mães e pais que vivem no seu dia a dia a responsabilidade de um filho ou dependente com deficiência. Nós mulheres, mães, por muitas vezes encontramos portas fechadas na iniciativa privada, pelo simples fato de termos filhos, imaginem vocês, filhos especiais", diz trecho do posicionamento da parlamentar nas redes sociais.



Mauro diz que benefício não existe na iniciativa privada e não deve ser criado no âmbito do Estado

OBRAS DO VLT

"Cuiabá não merece esse legado", diz deputada

Da redação

A deputada federal Rosaneide (PT) afirmou que a bancada federal está disposta a ajudar na restauração do Centro Histórico de Cuiabá, que ficou abandonado após as obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) serem paralisadas.

"Na bancada federal, o que a gente pode fazer é deixar algum recurso à disposição da Prefeitura de Cuiabá, porque

os projetos passam aqui pela Assembleia [Legislativa], mas estamos sempre discutindo isso. Eu vejo que todos nós, políticos do estado, temos que unir forças para restaurar, porque Cuiabá não merece esse legado, que a cada ano que passa só piora", pontuou.

Rosaneide acrescentou que o Centro Histórico é a alma da cidade e precisa ser cuidado como tal. "Se você não

deixar o Centro Histórico revitalizado, a gente pode entender que a nossa cidade fica sem alma. Nascem muitas crianças, chegam muitas pessoas de fora, e aí o que eles sabem de fato, o que significam esses 303 anos na vida dessa cidade, com a região desse jeito?", indagou.

A região à qual a petista se refere é a Ilha da Banana, onde vários imóveis foram des-

propriadados e demolidos para as obras do VLT. As obras iniciaram, com atrasos, em 2012 e tinham o objetivo de serem concluídas antes da Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil. Porém, não foram entregues no tempo estipulado e, posteriormente, foram suspensas em 2015. Abandonada, a Ilha da Banana se tornou abrigo de usuários de drogas e moradores de rua.

VLT OU BRT - No final de 2021, o governador Mauro Mendes (União Brasil) anunciou que o VLT seria substituído pelo Ônibus de Trânsito Rápido (BRT), movido a eletricidade, e lançou licitação para contratação das obras. Para a parlamentar, o imbróglio envolvendo VLT e BRT nada acrescenta para a sociedade, que é quem mais sofre e precisa de um transporte público de qualidade.

"Essa briga não serviu para ninguém, só deixou marcas e cicatrizes feias, ao invés de se ter um transporte rápido para atender a população. Deixou uma grande cicatriz que até agora não foi resolvida. A bancada federal se colocou à disposição em ajudar financeiramente com recursos. No entanto, eles demoram e a cidade continua aguardando", concluiu.

MINIRREFORMA

Novos gestores vão substituir nomes que deixaram o governo para disputar cargos eleitorais; Casa Civil fica com Rogério Gallo

Mendes dá posse a 6 secretários

Mayke Toscano/Secom-MT

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Gabriel Soares

O governador Mauro Mendes (União Brasil) empossou seis novos secretários de Estado em cerimônia realizada no Palácio Paiaguás. Eles assumem o lugar de cinco agentes que deixaram o governo para construir suas candidaturas a cargos eletivos no pleito deste ano.

Durante o evento, Mauro aproveitou para agradecer a contribuição prestada por cada um dos secretários que deixou o governo e deixou claro o que espera de seus substitutos.

“Todos que nos deixam saem de cabeça erguida. Tenho certeza que vocês vão ter orgulho do que ajudarão a construir.

Vão receber secretarias muito melhores do que os antecessores receberam. Vão poder planejar, ousar, pensar junto as equipes. Quero que todos trabalhem com seriedade para devolver serviços cada vez melhores à população”, afirmou.

Para a Casa Civil, Mauro remanejou Rogério Gallo, que exercia o cargo de secretário de Fazenda. Ele assume o posto deixado por Mauro Carvalho, que esteve desde o primeiro dia no governo Mendes e deixou o cargo para fazer a articulação política do União Brasil.

Para o lugar de Gallo, o governador escolheu uma solução caseira: promoveu o adjunto de Receita Pública, Fábio Pimenta.

Já na Saúde, a nova titular foi escolhida entre os membros da equipe técnica do ex-secretário Gilberto Figueiredo, que deve disputar uma vaga na Assembleia Legislativa pelo União Brasil. Kelluby de Oliveira acumulava as funções de secretária executiva e assessora jurídica da



Mauro conciliou soluções caseiras com indicações políticas para a substituição dos secretários

Saúde, o que facilita o processo de transição.

Na Agricultura Familiar, a função exercida por Silvano Amaral (MDB) será assumida pela ex-deputada federal Tetê Bezerra (MDB). Mauro admitiu que a escolha tem uma ‘pegada política’, mas exaltou o

currículo e a experiência de Tetê Bezerra. Ela é enfermeira de formação, pecuarista e atuou na Câmara Federal por três mandatos, além de ter exercido cargos importantes na Administração Pública Federal.

Para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e

Inovação (Seciteci), o escolhido foi Maurício Munhoz, que irá substituir Nilton Borgato. Munhoz é economista, pesquisador, sociólogo e professor universitário, com grande atuação em Mato Grosso.

Na Secretaria de Cultura, Esporte e La-

zer, a escolha também foi por um nome dentro da própria equipe. O titular será Jefferson Neves, que ocupava a função de secretário adjunto de Esporte. Ele assume a vaga deixada por Alberto Machado, o Beto Dois a Um.

*Com assessoria

REELEIÇÃO DE MAURO

PSDB vê ‘briga’ na base e pode apoiar oposição

Da redação

Integrante da base do governador Mauro Mendes (União Brasil) desde o começo do mandato, o PSDB pode mudar de lado nas eleições deste ano, a depender das condições criadas pela oposição para viabilizar uma candidatura ao governo. A afirmação foi feita pelo presidente estadual da sigla, deputado Carlos Avallone, em conversa com jornalistas na manhã de quarta-feira, 6 de abril.

Avallone afirmou que há uma dificuldade de encontrar espaço ao lado de Mauro, pois parece haver um ‘racha’ entre a base para a definição da chapa majoritária, em especial quanto ao candidato que irá

disputar a única vaga no Senado Federal. Diante disso, ele admite que o partido pode mudar de lado se encontrar mais espaço para articulação em uma chapa de oposição.

“Se houver uma candidatura de oposição que coloque algumas propostas de contas públicas e coisas que a gente entenda que é possível apoiar uma candidatura de oposição, onde a gente participe da montagem dela, nomes na chapa majoritária, como temos o Nilson Leitão e o Francis Maris, que hoje tá como deputado estadual, mas pode ser alçado a um cargo majoritário, nós podemos estar compondo. Como também podemos estar compondo com o gover-

nador Mauro Mendes”, disse Avallone.

Há coerência para o PSDB ficar em qualquer um dos lados. Atualmente, o partido está na base do governador, mas também integra a base de sustentação do prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), que é um dos principais interessados em construir a candidatura de oposição a Mauro. Emanuel chegou a cogitar a possibilidade de lançar sua própria candidatura, mas recuou e colocou seu vice, José Roberto Stopa (PV) à disposição para uma articulação.

Sem perspectiva de liderar uma iniciativa para disputar o governo de Mato Grosso, os tucanos devem ficar observando as articulações

para definir em qual lado da balança encontrará mais espaço para montarem seu ninho.

“O lado do Mauro tá mais complicado espaço. Já tem uma briga grande aí. Pode ser um problema pra ele fechar todo o grupo dele. Um racha aí pode favorecer essa oposição que está se articulando aí”, concluiu o deputado.

O ‘racha’ a que Avallone se refere diz respeito à candidatura ao Senado. Partidos da base de Mauro apoiam a candidatura de Neri Geller (PP), mas o governador tem se aproximado do senador Wellington Fagundes (PL), que pretende disputar a reeleição e conta com o apoio do presidente Jair Bolsonaro (PL), almejado pelos po-

líticos mato-grossenses devido à forte influência que tem no estado.

Aliados de Mauro têm tentado encontrar uma

solução de consenso, seja pela neutralidade do governador ou para incluir os dois pré-candidatos no palanque.

Gilberto Leite



Avallone diz que PSDB vai observar as articulações para encontrar o lugar mais confortável

RECUO NA DISPUTA

Emanuel diz que não teve tempo para construir chapa

Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), justificou a desistência em construir sua pré-candidatura ao Governo do Estado à falta de tempo hábil para as articulações políticas. Ele deu a explicação durante a live semanal transmitida em suas redes sociais nesta noite de terça-feira, 5 de abril.

Enquanto agradecia o apoio recebido, principalmente de servidores públicos e suas entidades representativas, o prefeito afirmou que desistir da candidatura foi a decisão mais difícil de toda sua carreira política.

O emedebista também alegou ter pesado a responsabilidade em continuar à frente

da Prefeitura de Cuiabá, cargo para o qual foi reeleito numa disputa, segundo ele, contra tudo e contra todos.

A desistência caiu como presente para opositores de Emanuel que, desde o anúncio, fizeram chacotas do prefeito, que desde o ano passado tem reiterado ter sido procurado por lideranças para construir sua candidatura.

No mês passado, Pinheiro chegou a se licenciar do cargo por 14 dias, alegando que usaria o período para dialogar e, possivelmente, construir seu projeto ao Palácio Paiaguás, já que o senador Wellington Fagundes não aceitou disputar.

LÁ E CÁ - O prefeito também agradeceu a

federação formada pelo PT, PCdoB e PV, que endossaram a possibilidade de ter Emanuel encabeçando a chapa contra Mauro, ao qual eles também fazem oposição.

Emanuel mencionou ter recebido o apoio do presidente estadual do PT, deputado estadual Valdir Barranco, da deputada federal Rosa Neide e da presidente nacional da legenda, deputada federal Gleisi Hoffmann.

O apoio das lideranças do partido é mais uma demonstração da incoerência petista estadual, já que o prefeito constantemente exalta e ressalta a boa relação que mantém com o presidente Jair Bolsonaro, principal desafiado do PT.

CORRIDA AO PAIAGUÁS

Lúdio: “PT tem o dever de apresentar candidatura”

Da redação

O deputado estadual Lúdio Cabral afirmou nesta quarta-feira, 6 de abril, que o Partido dos Trabalhadores (PT) tem o dever de apresentar um nome para concorrer ao governo do Estado nas eleições deste ano.

Apesar de não ter nomeado quem poderia encabeçar o projeto, Lúdio comentou que a proposta tem que ser efetivada para garantir palanque numa eventual candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, além de apresentar um programa de gestão alternativo, diferente do atual governo.

“O PT tem o dever de apresentar candidatura ao governo do Estado

para fazer um palanque legítimo, seguro pro Lula, e para defender um programa alternativo ao programa que governa o Estado hoje. Nós precisamos de um estado e de um governo focado em realizar os direitos da população, em produzir serviços públicos de qualidade, e não um governo que tenha como prioridade enriquecer os bilionários do estado, que é o que temos hoje”, disse.

O deputado negou a pretensão de encabeçar a chapa e defendeu que novos nomes liderem o projeto.

O partido deve realizar um ato na próxima semana para debater o assunto e tentar chegar a um nome que possa

representa-lo nas eleições deste ano.

Há uma ala que não vê problemas de aproximação com o setor do agronegócio, como por exemplo o presidente estadual da sigla, deputado estadual Valdir Barranco. No entanto, tem outra que rejeita a aliança.

Caso não apresente candidatura própria, o partido deve apoiar um nome que seja lançado pelos partidos que vão compor a federação partidária, como o PV e PC do B. Na semana passada, o vice-prefeito de Cuiabá, José Roberto Stopa (PV), foi exonerado do cargo de secretário de Obras para começar as tratativas de uma possível pré-candidatura ao governo.

DECISÃO UNÂNIME

Corte eleitoral apontou existência de um 'gabinete paralelo' usado para omitir gastos com pessoal, material e combustíveis da campanha eleitoral

TRE cassa mandato de Bezerra

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed Cuiabá

Da redação

Em decisão unânime, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT) cassou o mandato do deputado federal Carlos Bezerra (MDB), por gastos irregulares e omissão de despesas que teriam sido pagas pelo partido. Em julgamento realizado na terça-feira, 5 de abril, a Corte seguiu parecer do Ministério Público Eleitoral (MPE), que apontou a existência de um 'gabinete paralelo' na campanha de Bezerra, para pagar gastos sem declarar na prestação de contas.

O relator do caso, Gilberto Bussiki, apontou que várias despesas foram omitidas da prestação de contas, incluindo gastos com pessoal, material gráfico e combustíveis. Ele aponta que havia uma espécie de

'simbiose' entre os recursos do candidato e do partido.

"Essa simbiose entre recursos do candidato e do órgão partidário não contabilizados na prestação de contas, revela que houve ocultação de receitas corriqueiramente na campanha de Carlos Bezerra. O cenário de omissões se revela tão gravoso, que a equipe técnica não tem registro de serviços voluntários estimados e nenhum serviço doado por pessoa física", diz trecho do voto.

O MPE ressalta que, durante o julgamento das contas, foi determinado o recolhimento de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que foram usados sem comprovação ou foram utilização de forma indevida. Aponta ainda possível omissão de despesas na ordem de R\$ 56,3 mil, além de abastecimentos realizados em veículos não declarados na prestação.

Além disso, o órgão apontou irregularidades no lançamento de despesas de hospedagem, que eram, em grande maioria, em benefício de pessoas não declaradas na prestação de contas.



Gilberto Leite

Bezerra ainda pode recorrer da decisão e sua defesa garantiu que ele irá disputar a reeleição este ano

"Quanto ao mérito, argumenta que mesmo com o indeferimento do pleito de quebra de sigilo bancário, as provas colhidas demonstram, com clareza, que o representado, valendo-se de sua condição de Presidente do MDB/MT, montou um gabinete paralelo de campanha, vinculado ao partido, para além

do gabinete 'oficial' que constou em sua prestação de contas, provocando o notório desequilíbrio no pleito em favor de sua candidatura", diz trecho do relatório.

A defesa do deputado apresentou alegações finais afirmando que a legislação permite que o partido assumira gastos "de diversas naturezas,

visando o bom andamento da agremiação, bem como de seus filiados e candidatos em um pleito eleitoral". Além disso, cita que em alguns momentos o Ministério Público confundiu a campanha eleitoral de Bezerra com a que foi feita pelo partido.

"Afirma que os supostos gastos com abas-

tecimentos de veículos não declarados referem-se a abastecimentos de veículos cedidos ao partido que levavam materiais e equipamentos para diversas campanhas e poderiam beneficiar todos os candidatos vinculados ao MDB e não apenas o representado", diz trecho do relatório.

No entanto, o relator decidiu pela cassação do mandato entendendo que foi acompanhado pelos demais membros da Corte.

OUTRO LADO - Em nota, a defesa de Carlos Bezerra diz confiar na inocência dele e que irá recorrer da decisão no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Afirma ainda que a decisão não atrapalha o projeto de Bezerra de reeleição.

"Iremos buscar o TSE através de Recurso Eleitoral, onde certamente a decisão será reformada para que a Justiça prevaleça e Bezerra seja absolvido dessa absurda decisão. Ressaltamos que Carlos Bezerra se manterá no cargo e em plena campanha pela sua reeleição durante esse período, cabendo a sua representação jurídica o papel de atuar na burocracia processual", diz trecho da nota.

CPI DA ÁGUAS CUIABÁ

Comissão mira diretoria e cria canal de denúncias

Da redação

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a Águas Cuiabá definiu o plano de trabalho das investigações. Inicialmente, os membros da CPI irão convocar a diretoria da concessionária para que participem de uma oitiva na Câmara de Vereadores para prestação de conta dos trabalhos já realizados

e o que está sendo feito para melhorar a qualidade das obras realizadas nas ruas e avenidas da cidade.

Além disso, um canal de denúncia foi criado para que a população possa encaminhar fotos e mensagens de falhas e problemas em obras realizadas pela concessionária.

"Nós precisamos que eles [diretoria da Águas Cuiabá] estejam aqui

para dar o pontapé inicial. A gente precisa saber o que foi feito de obra em Cuiabá para que possamos constatar e ir in loco nos bairros e verificar quais dessas obras estão mal feitas. Além disso, nós precisamos apurar quanto do esgoto coletado é efetivamente tratado, já que o cidadão que está pagando a taxa de esgoto não está pagando apenas a coleta, ele está pagando tam-

bém pelo tratamento", disse Diego.

As denúncias podem ser encaminhadas pelo WhatsApp no número (65) 98404-1166. Ainda não há uma data definida para realização da primeira oitiva.

A CPI também solicitou a disponibilização da engenheira da Câmara e de técnicos do Tribunal de Contas (TCE), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e

do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) para formação de um conselho técnico para realizar análise das obras realizadas pela Águas Cuiabá.

"Depois vamos partir para um outro momento que não vai ser dentro de gabinete, dentro de plenário, mas ir à rua para constatar cada obra dessa e fazer um relatório técnico apontando qual é o defeito [...] nós

precisamos saber porque essas obras mal feitas estão acontecendo na nossa cidade para que a gente possa pontuar e a CPI no final apontar os responsáveis e o que vai ser feito daqui pra frente", destacou o presidente da comissão.

Fazem parte da CPI os vereadores Marcrean Santos (PP) e Chico 2000 (PL) que ocuparam as vagas de relator e membro, respectivamente.

SINUCA ELEITORAL

Geller descarta chances de acordo com Fagundes

Da redação

O deputado federal Neri Geller (PP) descartou a possibilidade de uma composição com o senador Wellington Fagundes (PL) para caminharem juntos na chapa do governador Mauro Mendes (União Brasil). Geller afirmou que essa solução de consenso que é buscada por algumas lideranças próximas ao governador é "impossível".

"Isso não existe. Não tem como na legislação. O Jayme é gente boa, tenta pacificar, é um grande líder e respeito ele, mas vai ter que ter uma posição. Na chapa majoritária só cabe um. Um governador e um senador. Como é que vai fazer? E eu sempre deixei muito claro para todos, o nosso grupo tá definido", enfatizou.

Geller e Fagundes querem disputar a única vaga no Senado Federal que está disponível nas eleições deste

ano. A disputa entre os dois coloca o governador em uma 'sinuca de bico'. Isso porque Geller é do grupo que ajudou a eleger Mauro em 2018 e hoje conta com o apoio da maioria dos partidos que compõem a base aliada ao governador. Já Fagundes disputou contra Mauro em 2018, mas foi se aproximando ao longo do governo e hoje goza do apoio do presidente Jair Bolsonaro, que está em seu partido.

Essa questão foi ressaltada por Neri, que 'mostrou a fatura' do apoio prestado a Mauro durante os quatro anos de seu mandato federal. Ele enfatizou que encara brigas políticas em Brasília para viabilizar recursos e projetos de interesse do Estado de Mato Grosso, como a liberação para construção da 1ª ferrovia estadual.

"Estamos há três anos e meio, quatro anos, alinhados com o

governador. Se o governo do Estado conseguiu equilíbrio fiscal, se trouxe muito recurso, muito se deve à banca federal, liderada por mim, e todos parlamentares", disse. "Eu tenho um vínculo com o governador Mauro Mendes próximo mesmo, então eu acho que isso vai ser levado em consideração", completou, mais à frente.

Geller contou que se reuniu com o governador na última sexta-feira, 1º de abril, para tratar de questões políticas. Ele afirma que sentiu confiança de que Mauro será candidato à reeleição, mas a questão do apoio ao Senado continua em aberto.

"Vamos caminhar forte no sentido de construir minha candidatura ao Senado, mas a composição ao governo vai depender do governador Mauro Mendes. Nós temos quatro meses ainda. Estamos preparados, vocês sabem que



Gilberto Leite

Geller deixou claro que Mauro terá que optar entre uma das candidaturas ao Senado

nós temos a base forte e as coisas por si só vão acontecer. Eu não forço a barra. Eu quero ser candidato pela força do meu trabalho. Não é forçando nem a barra. É dialogando

do, conversando com a base", argumentou.

Por hora, nenhum dos dois candidatos tem o apoio declarado do governador para disputar a eleição. Aliados de

Mauro tentam articular uma chapa única, mas também há quem cogite um apoio às duas candidaturas, trazendo ambos para o palanque do governador.

SOLIDARIEDADE EM AÇÃO

Programa está em fase inicial para atender 12 crianças e objetivo é chegar a 20 beneficiários ainda este ano, garantindo transferência de renda

Cuiabá acolhe órfãos do feminicídio

Assessoria

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Cátia Alves

Mato Grosso registrou 43 crimes de feminicídio em 2021, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgados neste ano. Algumas das vítimas desses crimes eram mães, que acabaram deixando seus filhos desamparados. Pensando em amparar essas vítimas muitas vezes esquecidas do feminicídio, a Prefeitura de Cuiabá criou o programa Solidariedade em Ação.

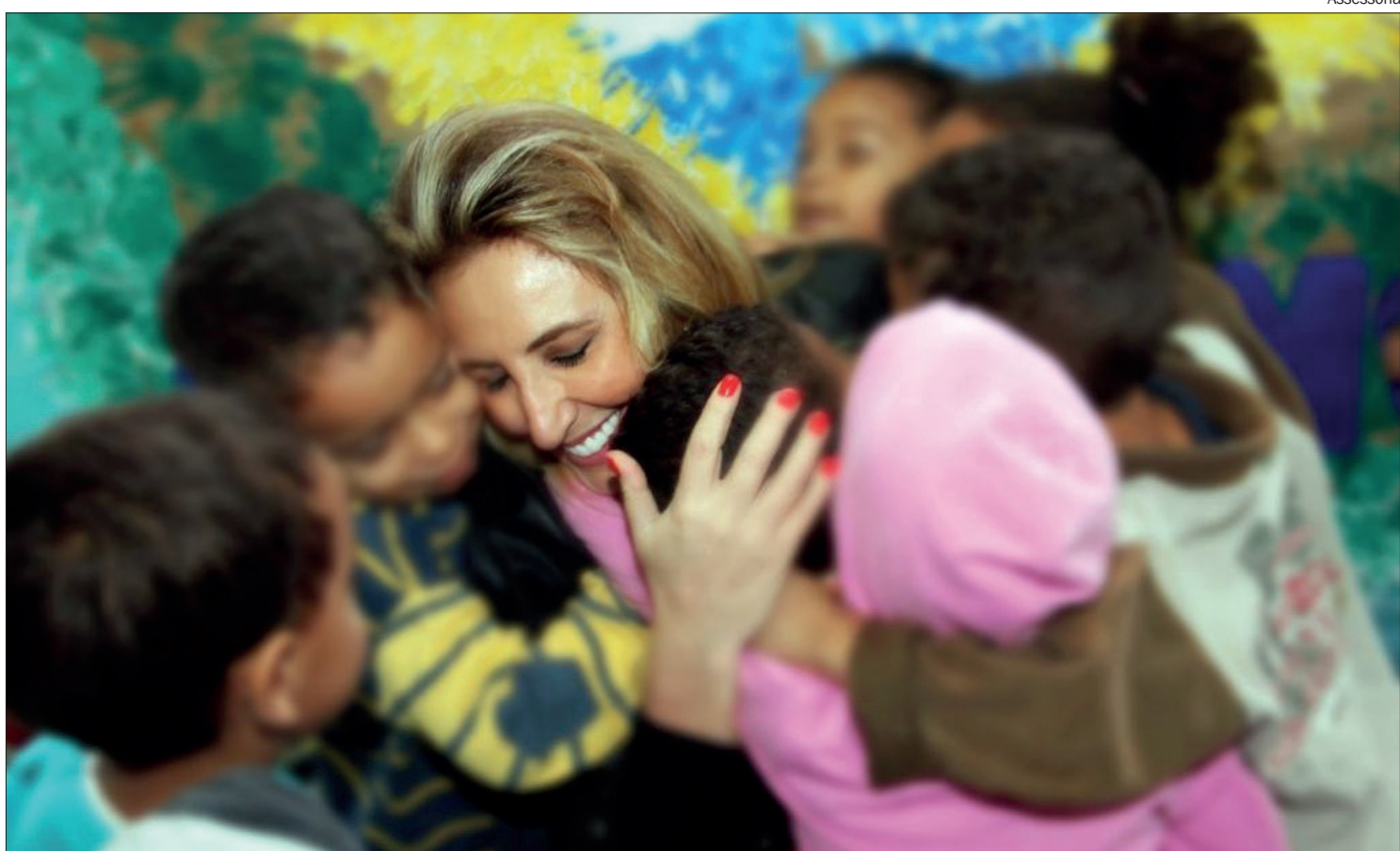
O projeto é inédito no Brasil e pretende beneficiar os filhos de vítimas de feminicídio com transferência de renda de até meio salário mínimo (R\$ 606). A ação é uma parceria entre o Núcleo de Apoio à primeira-dama Márcia Pinheiro, a Secretaria de Assistência Social, Di-

reitos Humanos e da Pessoa com Deficiência e a Secretaria Municipal da Mulher.

Os primeiros trabalhos do Comitê Gestor já permitiram o atendimento de 12 crianças, mas o objetivo é chegar a 20 beneficiários ainda em 2022. O Comitê Gestor do programa é composto pelas duas pastas, mais outras duas secretarias, Procuradoria-Geral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Técnicos da Secretaria Municipal da Mulher e Assistência Social da Prefeitura de Cuiabá visitaram as famílias para levantar os requisitos para a aptidão da concessão. Segundo a assistente social Joyce Thays Pereira, as visitas seguem um padrão de entrevista com base nas exigências previstas na lei que institui o programa, como estar inscrito no Cadastro Único, matrícula da criança na rede escolar, entre outros.

“Existe o formulário em que fazemos a identificação da família, da vítima e de quem ficou responsável pela crian-



Idealizadora do projeto, Márcia Pinheiro aponta que valor ajudará a custear despesas médicas e psicológicas da criança órfã do feminicídio

ça. Efetuamos algumas perguntas socioeconômicas e, posteriormente, faremos um parecer dentro dos critérios que o programa abrange”, disse a profissional.

Fazem parte do projeto duas profissionais, de Psicologia e Assistência Social, que têm a missão de levantar a documentação necessária

junto às famílias, bem como avaliar os requisitos legais, previstos na lei que institui o programa, para concessão do benefício.

“Essa criança quando fica órfã da mãe, na grande maioria das vezes acaba ficando com parentes próximos que, de um dia para o outro, se veem diante da ne-

cessidade de oferecer um lar com estabilidade financeira e emocional àquela criança. Essa renda irá ajudar essa criança e a família nesse processo, seja para uma necessidade médica, psicológica ou econômica”, frisou a primeira-dama Márcia Pinheiro, na ocasião do lançamento do programa.

O projeto Solidariedade em Ação é parte do programa “Cuidando da Gente”, idealizado pela gestão Emanuel Pinheiro e deve pagar às primeiras crianças atendidas um valor total de 145,4 mil. O benefício deve ajudar no custeio de despesas médicas, psicológicas ou econômicas.

PESO NO BOLSO

Alta pressiona farmácias menores de Mato Grosso

Jefferson Rudy/Agência Senado

Da redação

Os efeitos da inflação de 2021 já começaram a chegar nas farmácias de Mato Grosso, com a remarcação de preços dos medicamentos. Os reajustes acontecem com autorização da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed), órgão vinculado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e podem chegar a 10,89%.

O reajuste foi aprovado no dia 31 de março para recompor a inflação dos últimos 12 meses, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que até fevereiro estava em 10,79%.

José Antônio Parolin, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos de Mato Grosso (Sincofarma/MT), explica que o reajuste é realizado sempre nessa época do ano e utiliza como fundamento o preço médio ponderado das indústrias farmacêuticas, que também foram afetadas pela falta de insumos durante a pandemia.

“Esse ano foi um pouco mais alto que os outros anos anteriores em razão da inflação, que foi alta em 2021, e também devido a esses problemas de logística, fornecimento de matéria-prima, de insumos, que a indústria também sofreu por causa da pandemia”, disse Parolin, sócio da Única Farmácia de Manipulação.

Ainda segundo Parolin, metade do aumento foi praticado já no dia seguinte à autorização da Cmed, no dia 1º de abril, e a outra metade deve ser repassada aos consumi-

dores ainda nesta semana. Os valores máximos são repassados aos empresários do ramo pela Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABCFarma).

“Nessa primeira semana de abril, todos os laboratórios já estarão alinhados com o novo preço”, afirma o representante do setor em Mato Grosso.

Parolin aponta que as grandes empresas vão conseguir segurar os preços por alguns dias ou até um mês, o que pode ocasionar uma fuga de clientes das pequenas farmácias. Isso ocorre porque as empresas menores trabalham com estoque menor.

“O aumento de medicamento para as pequenas empresas é um péssimo negócio, pois cai as vendas, o lucro diminui. Aquele cliente fiel, que usa medicamento contínuo, ele vai querer continuar pagando o mesmo preço e, ao contrário das grandes empresas que possuem estoque, as pequenas empresas sofrem com o reajuste”, pontua.

Segundo o Sindicato dos Produtos da Indústria Farmacêutica (Sindusfarma), o aumento dos preços deve atingir cerca de 13 mil medicamentos disponíveis no mercado varejista brasileiro.

SEQUÊNCIA DE ALTAS - Esta é o segundo ano consecutivo em que o reajuste do preço dos medicamentos atinge mais de 10%. Em 2021, o aumento autorizado pelo governo foi de até 10,08%. Em 2020, o reajuste foi suspenso por 2 meses devido à pandemia, passando a vigorar apenas em 31 de maio,

quando houve aumento máximo de 5,21%.

O reajuste não é igual para todos os medicamentos. Os remédios são divididos em três categorias para a determinação do reajuste máximo, levando em consideração a quantidade de genéricos disponíveis no mercado e o grau de concorrência.

No nível 1, quando a participação de genéricos superior a 20%, o reajuste é mais alto, pois há mais competitividade por preços. No nível 2, os genéricos representam 15% a 20% do mercado e o reajuste é apenas parcial.

Já no nível 3, em que há participação de menos de 15% de genéricos, o índice de reajuste é o menor.

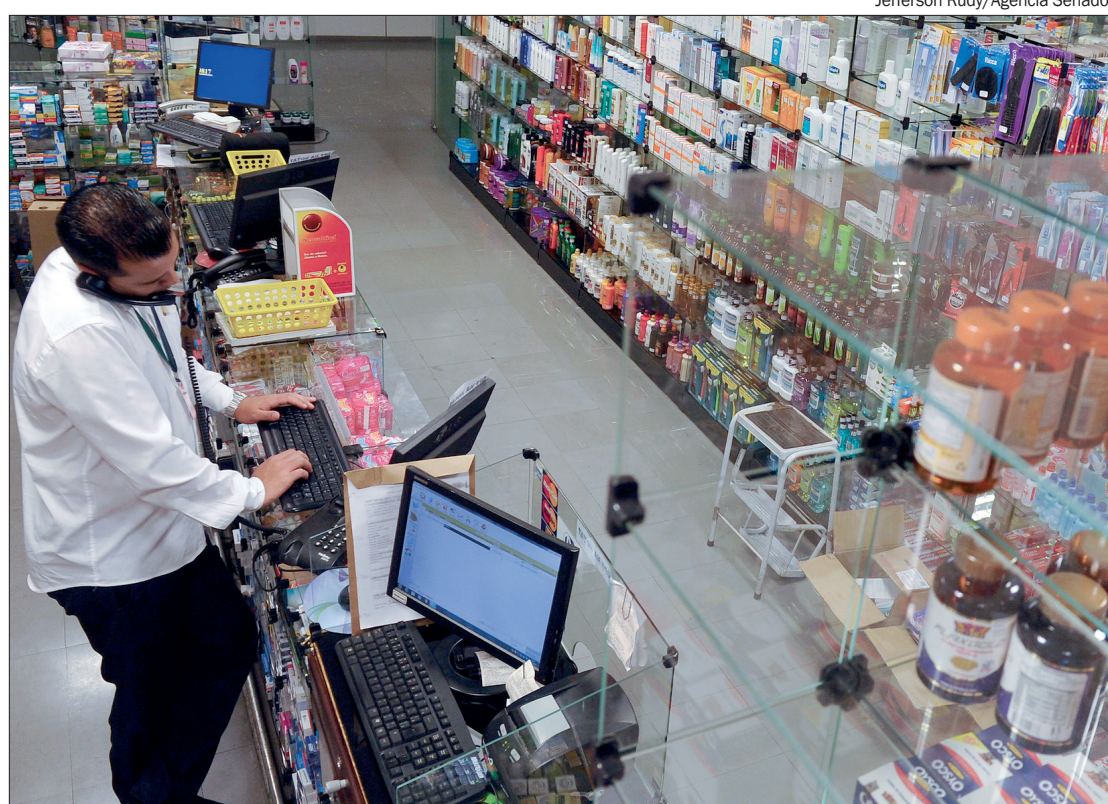
TURMA DE 2003

Juiz manda reduzir prazo para promoção de policiais

Da redação

O juiz Onivaldo Budny, da 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá, determinou que o governo do Estado faça a averbação na ficha funcional de alguns policiais militares o tempo de intervalo de soldado para cabo de 9 anos, e não o prazo de 11 anos. A decisão é da última sexta-feira (1) e atende ao pleito da Associação dos Cabos e Soldados de Mato Grosso.

A contenda iniciou após o governo mudar o tempo de transição da patente de soldado para cabo, que antes era de 11 anos, para 9 anos. Portanto, quando os militares da turma de 2003



Aumento nos preços dos medicamentos deve chegar primeiro às pequenas farmácias, que têm estoque menor

subiram para a patente de cabo, os demais que tinham menos tempo de serviço também foram beneficiados, desrespeitando os princípios da hierarquia.

Em sua decisão, o juiz destacou que a lei que entrou em vigor em março de 2014 não contemplava os militares que estavam dentro do grupo de ‘transição’. No entendimento do jurista, houve violação do princípio da isonomia, pois tratou de forma idêntica situações distintas. O juiz deu 10 dias para que o Estado faça a averbação na ficha dos militares.

“Ante o exposto, julgo procedente em parte o pedido posto na inicial

e determino ao Estado de Mato Grosso averbar na ficha funcional dos requerentes, pertencentes a turma 2003, o tempo de interstício cumprido até a promoção a Cabo efetivada na vigência da lei nova, no prazo de até 10 dias úteis, a fim de que o tempo excedente ao interstício de 09 (nove) anos, estabelecido na Lei nº 10.076/2014, art. 22, II, ‘a’ seja computado como interstício na graduação atual para promoção”, diz a decisão.

A Associação de Cabos e Soldados também solicitava que os militares da turma de 2003 que tivessem subido para a patente de 3º sargento retroagisse ao ano de 2014. No entanto, a Procura-

doria-Geral do Estado comprovou que os militares da turma de 2003 subiram para a patente de 1º sargento em 2018 e a data de promoção foi retroagida para 2015, por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

“De tal modo, tendo em vista que o tempo excedente ao interstício de 09 (nove) anos será computado na promoção atual, também entendo que não procede o pedido para pagamento de retroativos, eis que não haverá promoção retroativa ou sequer prejuízo, mas compensação com a antecipação da graduação e, por consequência, da remuneração da graduação que ascender”, diz a decisão.

SETOR EM CRISE

Amargando prejuízo de até R\$ 300 por animal, criadores vão reduzir oferta de carne suína e preços devem subir nas gôndolas dos mercados

Choque de oferta na suinocultura

Wenderson Araujo/Trilux

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá**Da redação**

Os criadores de suínos pretendem reduzir a oferta do produto na tentativa de reequilibrar a relação entre oferta e demanda, que tem provocado prejuízos ao setor, tornando a atividade praticamente inviável. No momento, há muita oferta do produto devido a uma drástica redução das exportações para a China, o que deixou a carne suína mais barata. Se por um lado é bom para o consumidor, por outro os criadores estão amargando prejuízos de cerca de R\$ 300 por animal terminado.

Custódio Rodrigues, diretor-executivo da Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso (Acrismat), pontua que muitos criadores, em especial os menores, não vão conseguir

superar a crise se não houver uma intervenção rápida dos governos estadual e federal. Além da questão da oferta maior que a demanda, os criadores ainda enfrentam problemas com o aumento do custo de produção, agravado em meio às consequências econômicas da guerra na Ucrânia.

Segundo o diretor-executivo da Acrismat, o custo de produção de um quilo de suíno está chegando em R\$ 7, enquanto o preço de venda de um animal vivo em Mato Grosso está em torno de R\$ 4,70/kg. “Assim, essa conta não fecha”, resume Custódio, em entrevista ao Estadão Mato Grosso. “Nós temos um volume de carne muito grande, está sobrando carne no mercado interno”, diz, acrescentando que a situação ocorre em todo o país.

Diante desse cenário, os produtores estão pedindo a postergação de custeio no que diz respeito a dívidas contraídas para realização de investimentos, além da ampliação do crédito ao setor nesse momento de ‘arrocho’. Também plei-

teiam junto ao governo do Estado a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A redução pleiteada é 2% para 1,02% nas operações internas e de 1,2% para 0,6% nas operações interestaduais.

A solução nesse momento, aponta Custódio, é levar as matrizes para o abate, garantindo mais fluxo de caixa e uma futura redução do produto nas gôndolas dos supermercados. Custódio alerta que a redução da atividade vai provocar outros efeitos na economia, já que a suinocultura é uma das grandes responsáveis por empregos diretos e indiretos em setores ligados ao agronegócio, como comércio de rações, veterinários e transporte.

“Isso com certeza dá um impacto muito grande e o produtor vai se adequar pela lei mais forte, que é a ‘lei da dor’”. Sem ajuda suficiente, a tendência é que o produtor vai fechar as granjas. A suinocultura não vai acabar, mas, com certeza, vai dar um baque grande lá na frente. Os preços devem melhorar



Produtores tomam ações para reduzir oferta e, como consequências, preços da carne suína devem subir nos mercados

e, nas gôndolas dos supermercados, os preços também vão aumentar”, afirma.

Medidas para reequilibrar a relação entre oferta e demanda já foram tomadas pelos produtores, como o abate do suíno mais jovem, não-inseminação das

matrizes e o abate das matrizes. Segundo Custódio, algumas indústrias também estão com foco em produzir a farinha de leitão.

O setor também está fazendo doações de carnes para entidades como o Hospital do Câncer, Associação de Pais e

Amigos dos Excepcionais (Apae/MT) e outras entidades, como forma de protesto contra a morosidade do governo federal e do governo estadual em atender o pleito do setor e criar políticas públicas que garantam maior estabilidade aos suinocultores.

Secretaria de Agricultura e Abastecimento



Produção de etanol gera mais de 160 mil empregos em MT, além de representar 4,5% da arrecadação do Estado

AGROINDÚSTRIA

O peso da indústria de etanol

Da redação

Agregar valor à produção do etanol de milho e cana-de-açúcar permitiu que Mato Grosso aumentasse a arrecadação do ICMS do setor em mais de 77%, na comparação entre 2020 e 2021. A informação foi revelada pelo Sindicato das Indústrias de Bioenergia de Mato Grosso (Sindalcool/MT).

O setor do etanol representou 4,5% da receita do Estado em 2021, contribuindo com mais de R\$ 833 milhões de ICMS. O montante é superior aos investimentos que o governo do Estado pretende fazer na infraestrutura da Educação em 2022, por exemplo, que é de R\$ 700 milhões para obras de reforma, manutenção, mobiliário e construção de novas escolas e quadras poliesportivas.

Na comparação entre 2015 e 2021, esse aumento na arrecadação de ICMS é ainda maior: 714%, saindo de R\$ 102 milhões para R\$ 833 milhões. Atualmente, existem pelo menos 15 usinas de etanol em Mato Grosso, que produzem cerca de 4 bilhões de litros do combustível.

“Estimular a indústria é estimular renda. Estimular investimento em Educação, Saúde, Infraestrutura. É isso aqui que a indústria gera”, destaca Lhais Sparvoli, diretora-executiva do Sindalcool/MT, durante sua apresentação.

O montante do valor agregado à produção impressiona. Dados apresentados pelo Sindalcool mostram que se o milho não fosse industrializado, a tonelada do produto seria vendida por ‘apenas’ R\$ 1,2 mil, sem arrecadação de ICMS. A industrialização transforma essa tonelada de milho em 4,41 litros de etanol, 222 kg de DDG (usado como complemento para ração animal), 17 kg de óleo de cozinha e 0,16 MWh de bioenergia. Esses subprodutos da mesma tonelada de milho são vendidos por R\$ 1,8 mil, o que representa 54% de agregação de valor.

Ademais, a industrialização movimentou diversos setores da economia. Segundo os dados da entidade que representa o setor, a produção de etanol emprega 10,7 mil pessoas de forma direta, 92,1 mil de forma indireta e 65,5

mil de forma induzida, totalizando 168,5 mil empregos gerados pelo setor. Lhais destaca também que os trabalhadores das usinas possuem os melhores salários do estado.

“Quando nós trazemos as empresas, as usinas para dentro do estado, aumentamos a necessidade de mão de obra e agregamos valor nessa mão de obra também”, explica.

Silvio Rangel, presidente do Sindalcool/MT, ressalta que a entidade vem trabalhando para desenvolver Mato Grosso com a industrialização do etanol. Além de ser uma opção mais em conta para os motoristas, o combustível é mais ‘amigo do meio ambiente’ em relação aos combustíveis fósseis, como a gasolina e o diesel.

“No mundo inteiro se busca as alternativas para os combustíveis renováveis, para a troca dos combustíveis fósseis. Os biocombustíveis têm um papel relevante e Mato Grosso mais ainda, por ter esse todo potencial de crescimento. Acho que Mato Grosso, realmente, vai ter um papel fundamental para a questão do sequestro de carbono”, conclui Sílvio.

BOM, MAS NEM TANTO?

Reajuste da energia é suspenso

Gilberto Leite

Da redação

O pedido de suspensão do reajuste da tarifa de energia, feito pela Energisa à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), levantou a desconfiança de analistas econômicos, que foram surpreendidos pela iniciativa da concessionária. O aumento de 8,9% na tarifa deveria começar a ser praticado a partir da próxima sexta-feira (8), mas foi suspenso até o final de abril.

Em nota à imprensa, a concessionária de energia afirma que está “sensível ao momento atual” e solicitou a suspensão do reajuste “com propósito de amenizar o impacto na conta de luz em virtude do término da bandeira de escassez hídrica”, que acrescenta na fatura R\$ 14 a cada 100 quilowatts consumidos.

O economista Vivaldo Lopes afirma ter se surpreendido com a medida, mas que a decisão pode ter como pano de fundo a insatisfação da empresa com o percentual. Caso iniciasse a cobrança de 8,9% a mais, a empresa distribuidora de energia não conseguiria praticar um reajuste ainda maior nesse ano.

“O que parece ser uma boa notícia, de a Energisa pedir para não aplicar o reajuste por mais 25 dias, pode ser um indicador de que ela não está contente com o reajuste autorizado pela Aneel. Pode ser que ela queira mais, o que é ruim para o consumidor”, afirma Vivaldo.

O temor é reforçado pelo fato de que a Aneel indicou que irá recalculá-lo e o valor do reajuste. O relator do processo de reajuste na Aneel, o diretor Sandoval Feitosa, apontou em seu voto que



Economista avalia que concessionária está insatisfeita com reajuste de 8,9%, abaixo da inflação, que passou de 10% em 12 meses

o aumento das tarifas deve ser suspenso para que sejam apresentadas medidas para recompor as perdas causadas pelo encarecimento da energia elétrica com o acionamento das usinas térmicas.

“Entendo necessária a postergação da vigência das tarifas, até que as medidas elencadas anteriormente estejam aptas a serem aplicadas no processo de reajuste tarifário da Distribuidora”, diz trecho do voto.

De acordo com a Aneel, o cálculo do reajuste anual leva em consideração a variação de custos associados à prestação do serviço. O cálculo considera a aquisição e a transmissão de energia elétrica, bem como os encargos setoriais.

A expectativa é que um novo reajuste seja aprovado pela Aneel, nas próximas semanas, mas com um percentual recomponha ao menos a inflação dos últimos 12 meses, que é superior a 10%. Esse percentual ainda é inferior ao aumento dos custos

das concessionárias, que precisaram comprar energia de termelétricas, em razão da forte seca que o Brasil sofreu.

A seca fez com que o governo federal criasse uma ‘superbandeira’ para arcar com os custos das térmicas, que precisam de óleo diesel para funcionar. Porém, durante a pandemia, houve a redução da oferta do combustível, deixando o produto extremamente caro. Para atenuar o impacto ao consumidor, foi aprovado um empréstimo de R\$ 10 bilhões ao setor, cujo custo só deve ser repassado às contas a partir do próximo ano.

“Eu não acredito que uma empresa tenha pedido para reajustar as suas tarifas, tenha esse reajuste autorizado e, de repente, ela abre mão disso. Ela não ia abrir mão para pedir um reajuste menor. Tudo indica que ela está descontente e quer um reajuste maior, o que é ruim para os consumidores matogrossenses”, conclui Vivaldo.

É com o seu
IPTU que Cuiabá
está seguindo
em frente.

**FAÇA UM PIX
DE QUALQUER BANCO**

COTA ÚNICA ATÉ **12/04**

COM **10% DE
DESCONTO**

OU PARCELE EM **8X.**



Praça Pedregal



Estação
Alencastro



Parcão



Aponte o celular
e emita sua guia.

